

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

(Das Sras. Luiza Erundina e Erika Kokay; dos Srs. Glauber Braga, Ivan Valente e Edmilson Rodrigues)

Requer a realização conjunta de Seminário, com o tema “30 anos da Política de Redução de Danos”.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência que, nos termos do artigo 24, XIII combinado com o artigo 255 do Regimento Interno, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizado o Seminário “30 anos da Política de Redução de Danos”, em conjunto com as comissões de Legislativa Participativa (CLP); Direitos Humanos e Minorias (CDHM); Desenvolvimento Urbano (CDU); Cultura (CCULT); Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO), e Comissão de Educação (CE), com os seguintes convidados e convidadas:

- Representante da Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME) e do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)
- Representante da Organização Mundial da Saúde (OMS)
- Representante da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA)
- Representante da Rede Brasileira de Redução de Danos (REDUC)
- Representante da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ
- Raquel Gouveia – Professora da UFRJ e representante do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial no Rio de Janeiro
- Dayana Rosa – Instituto de Medicina Social da UERJ
- Marcos Manso - Aliança de Redução de Danos Fátima Cavalcanti

- Representante da Iniciativa Negra por uma nova política de drogas (INNPD)
- Representante do Centro de Convivência É de Lei
- Domiciano José Ribeiro Siqueira - Associação Brasileira de Redução de Danos (ABORDA)

JUSTIFICATIVA

A política de redução de danos (RD) é a política para saúde mental, álcool e drogas no Ministério da Saúde, e completa 30 anos em 2019. Esta luta teve início na década de 1990, quando, em resposta à epidemia de HIV/Aids, incentivou-se a criação de organizações formadas por usuários de drogas para realização de ações de saúde entre pares.

Desde então, a Política de Redução de danos vem tomando corpo como um conjunto de estratégias para reduzir os efeitos negativos do uso de drogas respeitando os direitos dos cidadãos, com resultados reconhecidos em todo o mundo como a prevenção de doenças como a hepatite, além da própria AIDS. Trata-se de uma política fundamental para a garantia do direito à saúde àqueles que fazem uso abusivo de drogas, e que tem se mostrado efetiva, quando amparada por equipamentos públicos como ambulatórios de rua inseridos no Sistema Único de Saúde.

E o que justifica uma realização conjunta deste Seminário é exatamente o caráter multidisciplinar do debate sobre Redução de Danos e a desinformação que o envolve.

Ao tempo em que se deve tratar de políticas de saúde e direitos humanos de um modo geral, deve-se observar atentamente as diferenças no perfil da população usuária, o contexto específico da população de rua, as práticas culturais envolvidas, o adoecimento e a promoção do bem estar dos trabalhadores, bem como as iniciativas governamentais que recentemente têm promovido alterações substanciais na política de RD.

Enfim, ressaltamos a importância de uma abordagem transversal à RD e, por isso, a centralidade da CLP nesse Seminário, uma vez que esta comissão tem justamente a missão de contemplar demandas da sociedade por debates que carecem de aperfeiçoamento legislativo.

Por todo o exposto, e observando a pertinência absolutamente central deste colegiado, requeremos a aprovação desta proposição para que a CLP seja parte na realização do seminário em tela, junto a especialistas, ativistas, servidores públicos e parlamentares, que devem refletir os avanços da Política Nacional de Redução de Danos nessas décadas e seus desafios.

LUIZA ERUNDINA
PSOL-SP

ERIKA KOKAY
PT-DF

GLAUBER BRAGA
PSOL-RJ

EDMILSON RODRIGUES
PSOL-PA

IVAN VALENTE
PSOL-SP